

## Editorial

A revista *Inter-Ação* neste número propõe abordar a temática Educação, infância e adolescência – desafios e perspectivas. Um assunto polêmico trazido por uma diversidade de idéias e concepções a respeito. De acordo com dados recentes do IBGE, do Ipea e do Inep, o Brasil possui cerca de 35 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, na faixa etária de 7 a 14 anos, 9 milhões no ensino médio, na faixa etária de 15 a 17 anos, e um pouco mais de 3 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação no ensino superior. Além disso, a taxa de escolarização na faixa etária de 0 a 3 anos é de 11,6%, enquanto 13,63% da população com mais de 15 anos são analfabetos e 59,9% da população brasileira com mais de 10 anos não conseguiram concluir o ensino fundamental. Além disso, mais de 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza e, conforme projeção, o país terá, em 2005, cerca de 50 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Esses dados ilustram a dimensão das questões que envolvem a infância, a adolescência e a juventude no Brasil. Em boa hora, portanto, a revista *Inter-Ação* publica número especial com seis artigos, resultados de pesquisa, que analisam problemas relacionados à infância, à adolescência e à juventude, tais como: pobreza, trabalho, drogadição, suicídio, indústria cultural e livro didático.

O artigo “Contribuições conceituais sobre juventude e suas relações com o trabalho e a educação”, escrito por Maria Teresa Canesin, Elza Guedes Chaves e Edna M. O. de Queiroz, investiga como os pesquisadores vêm tratando “as relações entre o ‘ser jovem’, a dimensão escolar e o mundo do trabalho”. A análise dessas investigações objetiva contribuir com as discussões sobre a situação dos jovens no contexto de mudanças no mundo do trabalho, especialmente no que tange à reestruturação produtiva, a problemática do trabalho informal, do desemprego estrutural e dos seus reflexos na escola e no campo educacional, em geral. Segundo as autoras,

todas essas alterações na forma de acumulação do capital colocam, à sociedade, novas exigências na socialização de suas gerações mais jovens, [sendo que] essas exigências refletem-se nas condições objetivas e subjetivas da vida dos jovens e nas instâncias sociais que são próprias à sua participação, provocando transformações da própria forma de viver a juventude, seus atributos e sua sociabilidade.

O texto de Deise Gonçalves Nunes, intitulado “A infância dos pobres no Brasil da modernidade, apresenta “algumas reflexões sobre a institucionalização de práticas sociais no campo da chamada proteção social para as crianças e adolescentes pobres e o processo de reconhecimento social que estas práticas produzem”. Nessas reflexões a autora destaca dois eixos da organização do sistema de proteção: um destinado aos abandonados e outro aos delinquentes e, ainda, duas perspectivas de reconhecimento social: uma se nutre na culpabilização e a outra, na criminalização dos pobres. Para a autora,

ao fornecer visibilidade à infância dos pobres, o padrão de proteção social a diferencia ao ponto de provocar um estranhamento da infância como uma categoria universal do desenvolvimento da sociabilidade humana. Transgredir essa lógica perversa, numa conjuntura de acirramento das contradições sociais, de crescente exclusão e de naturalização da pobreza, implica uma perspectiva de luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, numa dimensão emancipatória e articulada a outras lutas no campo democrático popular.

Dois trabalhos dedicam-se à discussão do problema da drogadição na adolescência. O primeiro, “A drogadição e o consumo de merla na adolescência”, escrito por Silvana Baumgarten, a partir de dados da pesquisa que objetivou tese de doutoramento em psicologia, apresenta “o significado da drogadição, numa perspectiva relacional, no contexto da adolescência”. O trabalho analisa o contexto em que se dá o encontro com a droga e o porquê do uso da merla, por exemplo, uma droga tão nociva e de grande potencial de dependência. Visa ainda compreender o significado do uso de drogas para esses jovens usuários/abusadores de merla. O segundo, “Terapia familiar em contexto de adolescência e drogadição”, apresenta “um modelo de atendimento em terapia familiar realizado no contexto da clínica-escola de uma universidade”. A autora fundamenta na discussão literatura da área e na explicitação de um estudo de caso clínico. Além disso, descreve três sessões de atendimento terapêutico em contexto de drogadição, que envolve pai, mãe e três filhos adolescentes. De acordo com a autora, a análise segue a sistemática de estudo de caso clínico enfocando quatro aspectos principais: rotulação, relação conjugal, pseudoindividualização e violência.

O artigo de Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira, “A escola como espaço para prevenção ao suicídio de adolescentes” – *relato de uma experiência*, apresenta uma experiência de “curso de curta duração, destinado a educadores, com o objetivo de sensibilizá-los para a necessidade de identificar fatores de risco de suicídio e de conscientizá-los para a importância de se perceber a escola como instância de prevenção ao suicídio, numa visão interdisciplinar, diante da sua complexidade”. O trabalho explicita detalhadamente os aspectos metodológicos, as discussões e os resultados que marcaram a experiência do curso, concluindo com uma questão fundamental: “Não será isso que o adolescente quer? Uma porta que se abra e evidencie uma série de possibilidades (de viver)?”.

O último estudo, “A indústria cultural e a produção do livro infantil”, escrito por Maria das Graças Monteiro Castro, analisa “a relação estabelecida entre o livro de literatura infantil e o ambiente escolar considerando a influência da indústria editorial na circulação do livro, bem como no uso que lhe é atribuído”. Desse modo, o estudo articula e discute três aspectos fundamentais dessa problemática: a produção do livro infantil, o conceito de indústria cultural e a indústria editorial e a escola. Para a autora,

o mercado do livro assume responsabilidades que originalmente seriam da escola, no que se refere à seleção dos livros e à atividades a serem desenvolvidas com as obras no contexto escolar. As ações do mercado emprestam ao livro de literatura infantil um caráter exclusivamente escolar, contribuindo para transformar o texto literário em livro didático.

Completam esse número especial da revista a resenha de Patrícia Perez Pinheiro Costa, sobre o livro *Sertão sem fim*, de Bariani Ortencio, publicado pela Editora da UFG, e o Regimento Interno da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação – Seção Goiás, que funciona atualmente no prédio da Faculdade de Educação da UFG e é dirigida por um professor dessa faculdade.